

GAZETA MERCANTIL

Quinta-feira, 4 de julho de 1985

A política diplomática delineada pelo presidente Sarney

Não é comum presidentes de países latino-americanos concederem entrevistas coletivas e muito menos a correspondentes de jornais e revistas estrangeiros, mas os escassos precedentes não impediram o presidente José Sarney de se submeter nesta semana, no Rio, a uma sabatina da imprensa internacional. O presidente aceitou responder a perguntas de que não tinha conhecimento prévio, e essa atitude apenas daria para transmitir a uma nova imagem do governo brasileiro.

A tarefa foi facilitada pela circunstância de que o Brasil não se coloca em conflito com nenhum país do mundo, por razões econômicas, políticas ou ideológicas. Isso não significa, evidentemente, que o País deixe de prezar os seus valores, que são os de uma sociedade pluralista, voltada para o desenvolvimento com base no regime democrático e no sistema de livre empresa. Na cena internacional, o País vê como sua principal missão contribuir para a redu-

ção do fosso entre os países ricos e os mais pobres.

Evidentemente, em uma entrevista internacional são feitas perguntas a propósito de questões específicas sobre as quais não é prudente a um chefe de Estado adiantar posições. Assim procedeu Sarney, mas sempre deixando bastante claros os princípios em que se firma a política diplomática brasileira. Quanto ao reatamento com Cuba, o presidente afirmou que o governo reconhece que o cenário na América Latina é hoje bastante diverso daquele existente na época em que o Brasil rompeu relações com aquele país. Assim sendo, estudos estão sendo feitos para um reatamento de relações diplomáticas.

Sarney mencionou ainda os contatos que vêm sendo mantidos com Cuba, nas áreas econômica e parlamentar, transmitindo sempre a impressão de que o resultado de uma evolução não um gesto bombástico.

Da mesma forma, ao responder a um jornalista mexicano quanto à disposição do Brasil de participar do Grupo de Contadora, Sarney disse considerar mais útil e mais prático o exame de "providências mais concretas, mais objetivas, para ajudar Contadora a cumprir a sua missão". Ou seja, o governo brasileiro acredita que existem outros meios, além dos que vêm sendo atualmente utilizados, para diminuir as tensões na América Central, tudo dependendo de um espírito de boa vontade.

A pergunta sobre as sanções à África do Sul preconizadas pelo Conselho de Segurança da ONU exigia uma resposta mais incisiva. O presidente não se comprometeu a pôr em prática a recomendação mas não deixou de ressaltar que uma nação multi-racial como o Brasil não poderia deixar de condenar o odioso regime de "apartheid". Sarney aproveitou a oportunidade para reafirmar a certeza que o governo brasileiro

vem seguindo há anos em relação à África, hoje simbolizada pelo apoio à independência da Namíbia.

A dívida externa, possivelmente, foi a questão que mereceu respostas mais contundentes. O presidente Sarney reiterou que o seu governo se mantém no firme propósito de não aceitar compromissos que não pode cumprir, nenhuma cláusula que signifique abdicar ou limitar a soberania nacional e nenhuma forma de negociação que possa comprometer o desenvolvimento econômico.

Se o governo da Nova República conservar intactos esses princípios — e temos plena convicção de que o fará — terá assegurado não apenas o futuro do País em bases mais estáveis. Em face do poder de pressão das instituições internacionais, uma posição mais firme de um grande país endividado como o Brasil concorrerá certamente para uma melhora sensível no relacionamento entre os países industrializados e o Terceiro Mundo.